



Este artigo está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Você tem direito de:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar o **crédito apropriado**, fornecer um link para a licença e **indicar se mudanças foram feitas**. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



This article is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format.

Adapt — remix, transform, and build upon the material for any purpose, even commercially.

Under the following terms:

Attribution — You must give **appropriate credit**, provide a link to the license, and **indicate if changes were made**. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

No additional restrictions — You may not apply legal terms or technological measures that legally restrict others from doing anything the license permits.



S U M Á R I O

- 2 *Estados Unidos e o Direito Internacional dos Conflitos Armados: a negação da herança de Lieber*
Clarita Costa Maia
- 5 *Uma Ilha, Duas Taiwans*
Paulo Antônio Pereira Pinto
- 7 *Homens de boa fé: as negociações de paz entre israelenses e palestinos*
Hussein Ali Kalout
- 10 *A Europa cresce: 15 + 10 = a nova União Européia*
Estevão Chaves R. Martins
- 12 *Uma Questão de Credibilidade: Bush, o Iraque e 11/09*
Cristina Soreanu Pecequilo
- 16 *O 11 de março espanhol: o preço das alianças*
Thiago Gehre
- 18 *América Latina, União Européia e a mundialização: perspectivas de um novo eixo econômico*
José Ribeiro M. Neto e Francisco A. Wollmann
- 21 *O Governo do Brasil e a crise do New York Times*
Ana Maria Oliveira
- 23 *Petróleo: efeitos da Segunda Guerra do Golfo*
Virgílio Arraes
- 25 *A História em espiral: as primeiras inflexões na Política Externa do Governo Lula*
Tânia Maria P. G. Manzur

Petróleo: efeitos da Segunda Guerra do Golfo

Virgílio Arraes*

Independentemente da justificativa a ser utilizada para a ida ao Iraque, havia dois objetivos principais estabelecidos pelos planejadores norte-americanos: o estabelecimento de um regime neoliberal formalmente democrático e a garantia de petróleo barato, farto e de fácil acesso, de forma que, ao assumir o controle político do país, os Estados Unidos proporcionar-se-iam uma imensa plataforma sub ou inexplorada de recursos petrolíferos no coração do Oriente Médio.

Dentro das expectativas otimistas, o Iraque seria a ampliação do processo de construção estatal afegão, com vistas à mudança da paisagem sócio-política da região. Com a interrupção das sanções econômicas internacionais, a cargo das Nações Unidas, a retomada dos lucros da extração do valioso recurso natural do país permitiria aos norte-americanos reconquistar ‘mentes e corações’ dos cidadãos, ao prover-lhes lentamente melhoras materiais, principalmente por meio da reconstrução da infra-estrutura.

Como contrapartida, os Estados Unidos diminuiriam sua dependência em relação a países exportadores importantes que são considerados instáveis tanto de curto – Venezuela, em virtude da postura nacionalista do atual Presidente Hugo Chavez – como de longo prazo – Arábia Saudita, em face do antiamericanismo presente na população.

De seus dez principais fornecedores – incluindo o Iraque temporariamente sem soberania –, apenas três – Canadá, Grã-Bretanha e Noruega – não lhe causam preocupações. Os demais não sobressaem por valores democráticos ou respeito a direitos humanos como Argélia, Angola, Nigéria e México. A importação do país representa pouco mais da metade de seu consumo total – cerca de 20 milhões de barris

diários – e tenderia a agravar-se mais e mais, em função do declínio da expansão de sua produção, ao mesmo tempo da ampliação do seu consumo. Mesmo se o Alasca fosse explorado, seu fornecimento diário não passaria de meio milhão de barris.

Com isto, não só variáveis políticas influiriam, mas materiais também, de sorte que o país necessitaria das fontes existentes do antigo território soviético – os Estados do mar Cáspio, estimados como detentores da segunda reserva global, considerados como reserva estratégica – bem como da África. Em decorrência de áreas tão amplas e, ao mesmo tempo, esparsas, o uso à força sempre é posto ao lado da diplomacia, sendo justificado como mais uma forma de garantir estabilidade contra terrorismo, o que incluiria também a América Latina, mais especificamente a Colômbia.

Decorrido mais de um ano do início da ocupação, ambos os intentos patinham de modo fragoroso. Quanto à instalação de um regime supostamente democrático, os sinais de seus fracassos são evidentes: a população não reconhece a legitimidade do conselho governamental criado pelos Estados Unidos, que menospreza o direito de voto universal, ao estabelecer critérios de representação setorial, seja étnica, seja religiosa.

Acresça-se que as inúmeras denúncias sistemáticas de tortura e maus-tratos contribuem para o desmerecimento da virtude das instituições norte-americanas. Além disto, não se pode esquecer de que países denunciados pelo próprio governo americano em seu relatório anual de direitos humanos – como Argélia e Nigéria – são galardoados com programas de cooperação militar, em decorrência de suas reservas petrolíferas.

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). Mestre e doutorando em História das Relações Internacionais pela mesma universidade.

Do ponto de vista econômico, a presença militar no país seria, à primeira vista, para afiançar o equilíbrio do mercado petrolífero, ao: diminuir a dependência com a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em face da resistência de alguns de seus membros em ampliar a produção e, assim, contribuir para a baixa do produto e proporcionar novo impulso à economia, ante a decepção gerada pelas expectativas dos lucros do setor de telecomunicações e comércio via internet, dentre outros.

Entrementes, há o inverso: desde o início da guerra, os preços, apesar de períodos de descenso, elevam-se gradativamente em função do receio de novos ataques de entidades terroristas, cujo raio de ação estende-se além dos Estados Unidos, e do fracasso administrativo-militar no Iraque, ou seja, a presença militar americana provoca exatamente o contrário do efeito esperado.

Assim, os preços encontram-se no seu patamar mais alto desde o início da década de 90, indo muito além dos padrões considerados razoáveis para a recalcitrante OPEP – na faixa de 22 a 28 dólares o barril. A explicação aventada para justificar, que boa parte da presente alta emanaria do crescimento econômico chinês e da instabilidade política venezuelana, não se sustenta a longo prazo, à medida que não são situações recentes do cenário internacional. Destaque-se que o valor do preço do produto nem sequer se encontra próximo dos índices adotados no período antecedente à invasão, há pouco mais de um ano.

Desta sorte, é possível que nem mesmo a retirada atabalhoada dos Estados Unidos interrompa o processo de mixórdia em que está o Iraque, que poderia espalhar-se além de suas fronteiras, em face da combinação de aspirações étnicas e religiosas que as ultrapassam.

